

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

 CURSO DE PEDAGOGIA

**APONTAMENTOS SOBRE OS FUNDAMENTOS TEORICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

KAREN DAYNE DE SOUZA SANTOS

GOIÂNIA

2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

 CURSO DE PEDAGOGIA

KAREN DAYNE DE SOUZA SANTOS

**APONTAMENTOS SOBRE OS FUNDAMENTOS TEORICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Ms. Mardônio Pereira da Silva

KAREN DAYNE DE SOUZA SANTOS

GOIÂNIA

2020

**APONTAMENTOS SOBRE OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Orientador: Ms. Mardônio Pereira da Silva

 Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) ( )

Prof.a Convidada: Dra. Salete Flores Castanheira

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) ()

Apresentação Oral: (até 3,0) ( )

Goiânia/ / 2020

.

**DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus pela força e coragem que nunca me desamparou, sempre esteve comigo;

À minha família, pelo apoio e afeto.

**AGRADECIMENTOS**

Aos professores da EFPH, que contribuíram para a minha formação, por compartilharem conhecimento, em especial, à Profª. Drª. Salete Flôres Castanheira e Prof.Ms. Mardônio Pereira da Silva, por ter acreditado na minha capacidade, pelas aulas ministradas, pelas orientações, a ambos sou inteiramente grata.

E agradecer a minha irmã Kerollen que é formada em pedagogia que tenho como inspiração para seguir o mesmo caminho do estudo e também a minha amiga Amanda Beatriz que desde do início somos duplas na faculdade, sempre me dando força para continuar.

Tenho certeza que depois de todos os obstáculos que surgiram nessa caminhada, tudo valeu à pena. Obrigada a todos por fazerem parte desta caminhada.

**SUMÁRIO**

[INTRODUÇÃO 8](#_Toc57803071)

[CAPÍTULO I 9](#_Toc57803072)

[O CONCEITO DE INFÂNCIA 9](#_Toc57803073)

[1.1 A origem do conceito de infância 9](#_Toc57803074)

[1.2 Histórico da Educação Infantil no Brasil 11](#_Toc57803075)

[CAPITULO II 18](#_Toc57803076)

[APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL 18](#_Toc57803077)

[2.1 A Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil 18](#_Toc57803078)

[2.2 Conceito de brincadeira 20](#_Toc57803079)

[2.3 A formação do professor na educação infantil 23](#_Toc57803080)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 28](#_Toc57803081)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 30](#_Toc57803082)

**RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo trazer algumas considerações sobre a infância a partir dos fundamentos teóricos da educação infantil. A profundar a origem histórica do conceito de infância. Educação infantil como parte essencial da educação básica para o desenvolvimento humano e social das crianças. Legislações específicas para a normatização da educação infantil: Constituição Federal de 1988 (Constituição 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e a criação do Ministério da Educação) (MEC). Aprendizagem lúdica na educação infantil e formação de professores. Expondo a educação infantil por ser uma educação básica e essencial porque desempenha um papel importante no desenvolvimento humano e social das crianças. Apresentar o conceito de brincadeira pois as brincadeiras fazem parte do universo da criança é de grande importância para o processo educativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infância, Educação Infantil, Aprendizagem.

# INTRODUÇÃO

O tema de estudo “apontamentos sobre os fundamentos teóricos da educação infantil’**’** resulta da minha vivência através das disciplinas cursadas no Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, tais como: Estágio Supervisionado I e II, nas quais foram abordados vários teóricos da educação infantil o objetivo da presente pesquisa é, quais são os conceitos fundamentais que norteiam a educação infantil?

Para responder o problema da pesquisa organizamos o presente trabalho em dois capítulos. No primeiro capítulo a origem do conceito de infância em que apresentamos uma breve história do conceito infância, desde sua origem até a modernidade. Os conceitos da Educação Infantil na legislação educacional após a Constituição Federal de 1988 que ganham espaço no cenário da educação nacional. Ainda nesta parte o histórico da Educação Infantil no Brasil. Também é feito uma análise sobre a diversidade de vida das crianças e do conceito de infância na contemporaneidade.

No segundo capítulo faremos uma abordagem da proposta pedagógica curricular baseada nos referenciais e nas diretrizes curriculares para a educação infantil, visando integrar o CUIDAR E EDUCAR, donde se propõe práticas pedagógicas de cunho vivencial, concreto e experimental, com base no referencial teórico histórico-crítico. Analisaremos alguns documentos que normatizam a educação infantil na Base Nacional Curricular Comum e a proposta que ela traz para a Educação Infantil. Também neste capítulo vamos pesquisar alguns elementos importantes da formação do professor na educação infantil no que diz respeito a sua responsabilidade em conhecer as crianças. Conhecimento este que efetiva uma prática educativa que respeite as necessidades de desenvolvimento e aprendizagem do universo infantil.

# CAPÍTULO I

# O CONCEITO DE INFÂNCIA

Este capítulo tem o objetivo de refletir sobre o conceito de “infância”. Entender essa categoria a partir de uma visão história e cultural onde o conceito de infância está relacionado ao contexto em que foi construído. É preciso compreender como este conceito foi evoluindo ao longo da história. E para atingir esse objetivo é fundamental um estudo sobre o significado da infância, sua origem, e seu desenvolvimento. Desse modo, aqui precisamos responder algumas questões: Quando surge o conceito de infância? Qual o contexto histórico em que este conceito nasceu? Onde nasceu? Porque este conceito surgiu? Estas e outras perguntas vão nortear nossa investigação nesta primeira parte da monografia.

## 1.1 A origem do conceito de infância

 A infância é uma fase importante para o desenvolvimento da criança. Entretanto, sabemos que as crianças sempre existiram, mas o conceito de infância não. A infância corresponde uma etapa de vida que nem sempre foi considerada da forma como conhecemos hoje, este conceito nasceu em um determinado período histórico. Durante a Idade Média o tratamento das crianças era igual aquele dado aos adultos, não havia uma preocupação em distinguir as diferenças entre as crianças e os adultos. Assim,

Na sociedade medieval, que tomamos como pronto de partida, o sentimento infância não existia- o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia[...] (Ariès, 1981, p.156)

Não havendo o sentimento de infância, as crianças não recebiam a valorização dos adultos, não havendo a afeição nem o sentimento, sendo então inserida socialmente no mundo dos adultos.

 Durante a idade média as crianças e os adultos compartilhavam os mesmo lugares e situações. Desse modo as crianças eram consideradas adultos em miniatura "as miniaturas que se agruparam em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância, foram reproduzidos em uma escala menor. Apenas seu tamanho distingue dos adultos”. (Ariès,1981, p.50).

Tendo em vista que anterior a isto as crianças não eram reconhecidas como sujeitos com especificidade própria, sendo tratadas e representadas como adultos em miniaturas, uma vez que trabalhavam, comiam, divertiam-se e dormiam junto aos adultos. Na sociedade medieval não havia a divisão entre crianças e adultos, as atividades eram compartilhadas, na qual não possuíam sentimento de infância na fase da vida “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” ( Ariès, 1981, p.14).

 De fato, era muito precária as condições de higiene e saúde das crianças na idade média, por esse motivo provocava o alto índice de mortalidade infantil provocando uma grande quantidade de mortes de crianças, por que não haviam a preocupação de escovar os dentes, de lavar as mãos, não havendo banheiros para poderem fazer suas necessidades fisiológicas, o lixo era jogado na rua, por isso as doenças proliferavam pelo fato que não tinham higiene como temos hoje, não tinham conhecimento das doenças transmitidas pela sujeira. Não havia nessa época remédios, pois era desconhecido pela sociedade e as crianças por serem vulnerável morriam.

 Sendo assim não havia sentimento afetivo com as crianças, porque a alta mortalidade infantil era considerada natural e normal “... as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual...” (Ariès,1978, p.22) dentro de um contexto em que os laços de afetividade entre adultos e crianças eram praticamente inexistentes ou quase. Na maioria dos casos as crianças eram tratadas como animais de estimação. Desse modo, é possível evidenciar o descaso com as crianças. Assim,

[...] um sentimento superficial da criança [...] ’paparicação’ – era reservado á criancinhas em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com as crianças pequenas como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.” (Ariès, 1981, p.10)

 Conforme a citação percebe-se que a criança era vista como um ser que não se podia apegar, visto que a qualquer momento poderia deixar de existir, não havia uma preocupação específica, a criança era tratada como um brinquedo ou animal de estimação.

## 1.2 Histórico da Educação Infantil no Brasil

O primeiro movimento de acolhimento de crianças ocorreu em 1874, o governo do Brasil passou a ajudar financeiramente as crianças negras, mestiças ou brancas rejeitadas. Logo depois, as Rodas dos Expostos ou rejeitados foram criadas pela Igreja Católica, que teve o caráter caritativo da Santa Casa de Misericórdia e se espalhou pelo país no século XVIII. No Brasil as creches se destinavam a atender não apenas aos filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também aos filhos das empregadas domésticas. “A roda dos expostos” é um equipamento original da Itália, medieval por ser um tanque de madeira. Sobre a Roda dos Exposto;

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete - o que era muito comum – que informava à rodeira de que o bebe já estava batizado. No caso de duvidados responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontrava. (Aquino,2001, p.31)

As crianças eram abandonadas pelos seus pais, as mães largavam os bebês, sem ser vistas pelas pessoas do outro lado da parede. Explica Marcílio;

A roda dos expostos tinha essa característica de garantidora ao anonimato do expositor, pois se baseava em uma tábua cilíndrica, dividida ao meio, que ficava fixa em um muro ou janela das instituições (mosteiros e hospitais), no qual o expositor colocava a criança que pretendia abandonar, e impulsionava a forma cilíndrica que girava, consequentemente colocando o respectivo infante para dentro da instituição, e posteriormente, acionando um sino que alertava ao responsável pela vigia que ali chegara uma criança, dando nesse meio tempo, oportunidade para o expositor sair sem ser identificado. (MARCÍLIO: 2001, p. 57)

É dessa forma que as crianças eram abandonadas, o que era algo comum, uma forma de garantir o anonimato dos expositores, deixam um recém-nascido largado em lugares para serem acolhidos por outras pessoas.

 Devido às condições sanitárias e alimentação insuficiente nos abrigos, as crianças expostas apresentavam uma alta taxa de mortalidade “no período precedente à proclamação da República observam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época [...]”. (OLIVEIRA 2002, p. 92).

No Brasil, a educação pública só começou no século XX. Ao longo das décadas, sofreu várias transformações: as pré-escolas não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a força de trabalho geralmente era composta por voluntários. Assim, na citação relata que:

É importante mencionar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custodia e privação cultural, até a função educativa. [...] do ponto de vista histórico houve um avanço significativo da legislação quanto esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento. (Paschoal e Machado apud GASBARRO et al, 2011, p.24)

No século XX, houve algumas ações que sinalizaram a atuação da administração pública. Com a Constituição de 1988, as crianças foram colocadas na posição de sujeitos de direitos e a educação infantil foi incorporada ao sistema de ensino. Assim;

[...] a elaboração de novos programas buscavam romper com concepções meramente assistencialistas. [...] propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento lingüístico e cognitivo das crianças [...] na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. (Oliveira 2002, p. 115)

Na década de 1980, com a abertura da política, a classe popular exerceu pressão para ampliar as oportunidades escolares. Ora, é direito da população exigir do Estado uma educação para as crianças, antes disso, o Estado não cumpria essa obrigação de acordo com a lei. Tendo em vista a conquista, a Constituição Federal, que trata da criança como sujeito de direitos e deveres:

Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (...). (Brasil, 1988)

 A Constituição de 1988 foi o primeiro marco importante na história da educação infantil e, pela primeira vez, a Constituição reconheceu a creche e a pré-escola como parte do sistema educacional do país. Sendo um documento formal e escrito no qual favoreceu o direito da criança garantindo seu espaço na creche e pré-escola a educação, independente do seu grupo social.

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. Até hoje a conexão desses três elementos determina grande parte da demanda, da organização administrativa e dos serviços da creche. (Didonet, 2001, p.12)

Em 1988, devido à tremenda pressão do feminismo e dos movimentos sociais, a Constituição reconheceu que a educação em creches e pré-escolas era um direito da criança sendo uma obrigação do Estado. De acordo com a Constituição Federal de 1988;

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art.227)

É a partir desta lei que a criança passa a ter seus direitos reconhecidos, pois a creche era anteriormente vinculada à assistência social. Nesse seguimento, a educação passa a ser responsabilidade do estado com a família.

Dois anos após a Constituição de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990que vem a regulamentar o artigo 227 da Constituição que assegura à criança e ao adolescente com absoluta prioridade um conjunto de direitos, dentre eles o da educação. Neste sentido, o artigo 3 do ECA:

Art.3. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Obviamente em um sentido mais amplo, a educação infantil inclui todas as formas de educação que uma criança receberá na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que vive. Porém, a escola desempenha um papel imprescindível nesse processo, por ser uma instituição que tem como foco o desenvolvimento dessa criança.

Embora seja necessário eliminar a visão de cuidado associada à creche, deve-se ressaltar que a função de cuidado da educação infantil não pode ser excluída, cuidar é:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, RCNEI, 1998, p.24).

As crianças de até 5 anos de idade precisam de cuidados básicos como: higiene, alimentação saudável e tempo de descanso, sendo impossível separar educação e cuidados. Nesse sentido, é recomendado o atendimento nesta etapa da vida humana, é prestado por uma equipe multidisciplinar e organizada de acordo com conhecimentos específicos a fim de promover o desenvolvimento biológico, intelectual e emocional das crianças.

Com base nesta perspectiva surge então a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil).

. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é um conjunto de normas jurídicas brasileira voltado para a proteção integral das crianças e dos adolescentes como um sujeito de direito com proteção. Este é o marco legal e regulamentar dos direitos humanos das crianças e dos jovens. O estado brasileiro considera crianças os indivíduos com até 12 anos de idade incompletos; e adolescentes aqueles que tenham entre 12 e 18 anos de idade. Ambos devem usufruir de todos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990 durante o governo de Fernando Collor. O ECA regulamenta, em sentido amplo, direitos fundamentais tais como:

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (ECA,1990, Art.15)

 A nova LDB (Lei nº 9.394 / 96) de 20 de dezembro de 1996 que a mesma é organizada em dois seguimentos, sendo estes: “I - em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (SILVA, 2003, p. 100). Portanto, a nova atualização da LDB alterou algumas questões sobre as crianças de 4 anos a 17 anos de idade, sendo obrigados a frequentar uma instituição de educação infantil, ou seja, se antes os pais podiam optar por não matricularem seus filhos na escola até os 6 anos de idade, na atual emenda constitucional os pais têm a obrigação de matricular essas crianças em instituições de ensino a partir dos 4 anos e sua permanência até aos 17 anos em uma instituições de ensino educacional, conforme com a nova emenda constitucional, a Lei nº 12.796 de 04 (quatro) de abril de 2013 altera a Lei nº 9.394/96, relata que

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio;

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

O Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. Incluiu a educação infantil no primeiro nível do ensino fundamental e estipulou oficialmente a municipalização da educação nessa fase. A Lei de Diretrizes e Base da Educação foi formulada para determinar e regular o sistema educacional brasileiro de acordo com a Constituição. Na constituição, a educação é obrigação do Estado, enquanto na LDB a obrigação passa a ser responsabilidade da família.

Em 1998 foi criado o RCNEI (Referência Curricular Nacional da Educação Infantil) realizado após um amplo debate nacional com professores e diversos profissionais que atuaram diretamente com crianças, o que contribui para a reflexão acadêmica e científica. É considerado um avanço na educação infantil ao buscar soluções educacionais para superar a tradição assistencialista das creches, e a marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas, que visa orientar o trabalho com crianças de 0 a 6 anos. Representa um avanço na busca por uma melhor estruturação do papel da educação infantil, e uma proposta de conciliar o cuidar e educar um dos maiores desafios da educação infantil. Conforme RCNEI;

Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais. (RCNEI, Vol.1, pag.13)

Sua finalidade é servir de guia para a reflexão educacional, visando os objetivos, conteúdos e diretrizes pedagógicas dos profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos e respeitam seu estilo de ensino e diversidade cultural no Brasil.

Na educação infantil, a criança vai entender seu corpo, entender as limitações de si mesma e dos outros, expandir suas relações sociais e aprender diferentes linguagens e linguagem corporal para se comunicar (DCNEI).

A educação infantil é básica e essencial porque desempenha um papel importante no desenvolvimento humano e social das crianças. Vai se desenvolver de forma cognitiva, o contato com diversos objetos e arte, cultura e ciência, e dar vazão à criatividade da escola, e esta instituição deve ser esse espaço preparado, e os professores devem levar em conta essa criatividade e habilidade das crianças que já possuem conhecimentos prévios, sua própria história e sua própria linguagem.

Neste capítulo aprendemos algumas questões importantes sobre o conceito de educação infantil, a noção de infância tal como é hoje. Podemos localizar no século XVIII o início da ideia de infância como uma idade profundamente singular a ser respeitada em suas diferenças. Por outro lado, a presença de discussões sobre a educação infantil, resultou em leis e documentos como a (Constituição Federal de 1988, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), LDB (Lei de Diretrizes e Bases), RCNEI, (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) e a criação do MEC (Ministério da Educação), isso mostra que há uma preocupação pelas leis que regulamentam a educação infantil no Brasil.

No próximo capítulo vamos aos documentos citados anteriormente buscando neles outras informações relevantes para educação infantil. Por outro lado, diante do que foi exposto no primeiro capítulo é necessário compreender de forma mais verticalizada a importância da BNCC para educação infantil e a formação do professor.

# CAPITULO II

# APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo nosso objetivo é apresentar a BNCC para educação infantil, percebendo as ideias centrais que esses documentos estabelecem para normalizar esta fase da educação no Brasil. O objetivo principal mostrar a importância do brincar durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na educação infantil. Por outro lado, também vamos analisar, conforme a Base curricular comum para a educação infantil, a qualificação dos professores para o trabalho nesta fase de formação.

## 2.1 A Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017. Inicialmente foram construídas duas versões até que a terceira e última versão ficou como documento oficial. Em outubro de 2015 a primeira versão ficou disponibilizada para consulta que teve “12 milhões de contribuições – individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica”. A segunda edição foi lançada em 2016, após ter passado por um debate através seminários estaduais em que os professores participaram, e após os leitores profissionais deram suas contribuições na revisão da segunda edição (MEC, 2017).

Além da Constituição Federal (BRASIL, 1988) no seu artigo 205 que dispõe sobre a educação como “[...] direito de todos e dever do estado e da família [...]”, a LDB 25 (BRASIL, 2017) no seu artigo 9º afirma que cabe a União estabelecer “competências e diretrizes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos [...]”.

BNCC é um documento normativo que define a aprendizagem básica e progressiva que todos os alunos devem desenvolver em todas as etapas e modalidades da educação básica, na qual ajudará o professor a escolher o que ele deve ensinar, pois o professor é influenciado por algumas referências. A BNCC servirá como referência para a seleção de conteúdo a serem ministrados. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

A BNCC é um documento que determina a capacidade geral dos alunos que deve ser desenvolvido ao longo da educação básica, incluindo a educação infantil, Ensino fundamental e médio. Segundo o MEC (2017, 7) “[...] a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Esse conhecimento visa garantir que o foco esteja na construção de uma formação humana completa, sociedade tolerante, justa e democrática. A BNCC define que existem seis direitos de aprendizagem para a educação infantil para as crianças desempenhar um papel de cidadão para poder resolver conflitos da vida diária. Os direitos de aprendizagens são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essas aprendizagens segundo o MEC (2017, p. 34) “[...] reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.”.

A base não é dividida de acordo com o conteúdo a ser aprendido, mas sim nas áreas de experiência que os objetivos devem ser baseados, são cinco campos de experiencias sendo eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

 Os objetivos de aprendizagens são organizados por grupos de faixas etárias: Crianças de zero a um ano e seis meses; Crianças de um ano e sete meses a três anos e onze meses nas creches e por fim crianças de quatro e cinco anos e onze meses na pré-escola.

O BNCCEI garante direitos às crianças de zero a cinco anos e onze meses, para que tenham seis direitos de aprendizagem. Esses direitos são, portanto, restritos:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC EI-EF, 2018, p. 38).

Quanto ao texto do BNCC sobre o direito de aprendizagem, em circunstâncias normais estão também inseridos nos documentos norteadores como DCNEI.

## 2.2 Conceito de brincadeira

Nesta parte buscarei estabelecer uma relação com objetivos da BNCC para educação infantil e o conceito de brincar. As brincadeiras fazem parte do universo da criança é de grande importância para o processo educativo. Por meio das brincadeiras, as crianças podem dominar algumas habilidades, adaptações e principalmente a interações. De acordo com Vygotsky (1998), brincar é uma das atividades básicas para desenvolver identidade e autonomia. A criança pode se comunicar por meio de gestos e vozes desde muito pequena, o que lhe permite desenvolver sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas habilidades importantes, como atenção, imitação, memória e imaginação.

Brincando as crianças são capazes de resolver problemas, pois, “cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos” (BRASIL, 1998, p. 28). LDB

E é este o aspecto mais significativo para a criança, a brincadeira

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõe (BRASIL, 1999, p. 28).

Para as crianças, brincar é a maneira mais valiosa de aprender e viver juntos compartilhando as ideias, objetos e brinquedos uma com as outras. Na educação infantil é compreensível que seja necessário trabalhar a perspectiva humana, a experiência, sentimentos e emoções.

É consenso tomar o brincar como a linguagem por excelência da criança. Pois ao brincar, a criança descobre seu corpo, prazeres, gostos e o mundo. Conforme afirmam Ortiz e Carvalho (2012), “[...] ao brincar, o bebê faz laço com o mundo ao seu redor, com aqueles que com ele se relacionam e com o universo cultural no qual está inserido” (p. 104).  Comentário como podemos perceber de acordo com a citação

Para Vygotsky (1998) acerca do brincar no processo do desenvolvimento infantil;

O brincar é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma mais avançada do que na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e de aprendizagem (p.81).

O brincar envolve a interação, na qual as crianças se relacionam por meio do prazer natural da infância, construindo conhecimentos no expressar, na imaginação e na produção da cultura em que vive "A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar” (Kishimoto, 2002, p. 139). As brincadeiras proporcionam a autonomia das crianças, promovendo a socialização entre elas permitindo o desenvolvimento, deste modo, as brincadeiras são essenciais para a aprendizagem e desenvolvimento, são entendidos como processos inseparáveis.

Vygostky  define o brinquedo no processo de desenvolvimento infantil como;

(...) ainda que se possa comparar a relação brinquedo-desenvolvimento à relação instrução-desenvolvimento, o brinquedo proporciona um campo muito mais amplo para as mudanças quanto a necessidades e consciência. A ação na esfera imaginativa, em uma situação imaginária, a criação de propósitos voluntários e a formação de planos de vida reais e impulsos volitivos aparecem ao longo do brinquedo, fazendo do mesmo o ponto mais elevado do desenvolvimento pré-escolar. A criança avança essencialmente através da atividade lúdica. Somente nesse sentido pode-se considerar o brinquedo como uma atividade condutora que determina a evolução da criança. (VYGOTSKY 1991, p. 226-227)

Portanto, o brinquedo favorece o aprendizado. Sendo uma atividade de várias habilidades para que as crianças possam usar sua imaginação, o faz de conta dando oportunidade de expressar os sentimentos. Por meio da brincadeira, a criança pode “tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhece a si, aos outros e o mundo” (KISHIMOTO, 2010, p. 01). Diante disso é importante proporcionar atividades sistematizadoras envolvendo os eixos como base no processo de formação na Educação Infantil.

A importância do brincar para o desenvolvimento das crianças, é que esta atividade ajuda a mudar a relação entre crianças e objetos, para Piaget (1971, p. 67) diz que "Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois a sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”. Durante a brincadeira, a criança pode dar outros significados aos objetos e jogos, a partir da sua própria ação ou imaginação: “A criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação ao que vê. Assim, é alcançada uma condição que começa a agir independentemente daquilo que vê.” (Vygotsky, 1998, p. 127). A partir da brincadeira as crianças passam por um processo de aprendizagem possibilitando a compreensão do universo lúdico. Sendo importante para a comunicação e por meio deste ato o sujeito comunica consigo mesmo e com o outro, influenciando o desenvolvimento integral dos aspectos físicos, afetivos, social, cognitivo e emocional.

 A criança aprende ao brincar naturalmente, ela aprende a se desenvolver por meio da interação com os que estão em sua volta, por meio da família, do professor e das crianças na qual convive no dia a dia, possibilitando o desenvolvimento na Educação Infantil.

## 2.3 A formação do professor na educação infantil

No que diz a respeito à formação do professor na educação infantil, iniciarei pontuando a sua importância para o processo de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças. Os profissionais da educação infantil geralmente são os primeiros contatos que uma criança tem com o mundo exterior. Por meio da escola, as crianças desenvolvem, habilidades motoras, aprendem a interagir umas com as outras da mesma idade e ganhando experiências diferentes recebida em casa. É por isso que é tão considerável dar importância à formação de professores.

Dessa forma, é importante refletir sobre a organização do meio em que a criança está inserida.

O trabalho pedagógico, na creche e na pré-escola, se expressa na organização curricular que, por sua vez, inclui a organização do tempo, do espaço, das rotinas de atividades, da forma como o adulto exerce seu papel dos materiais disponíveis, isto é, da prática pedagógica realizada em cada sala de aula ou fora dela (MORENO, 2007, p.56).

A organização do trabalho pedagógico deve capacitar as crianças ao mundo de objetos e relacionamentos. As crianças devem estar no ambiente em que te faz sentir em casa, seguro e satisfeito, podendo atender aos seus desejos, um ambiente de rica experiência é essencial para estabelecer sua identidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) estabelecem que a proposta pedagógica “deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens [...].” (BRASIL, 2010, p. 18). Portanto, o professor precisa estar em constante reflexão diante de seu trabalho.

FERREIRA (2012) traz em sua pesquisa o que é realmente significativo, é conhecer a situação real dos seus alunos e enfatiza que as crianças devem ser consideradas o centro do plano, ou seja, a organização da rotina e do espaço é essencial para ensinar o trabalho pedagógico de forma significativa em sala de aula. A rotina faz parte da organização pedagógica seu desafio é desenvolver o cotidiano das instituições de educação infantil, sua organização é o cuidar das crianças, exerce a função de organizar o trabalho dos educadores, para ser um momento único e de desenvolvimento. Portanto;

Rotina é, a estrutura básica, da espinha dorsal das atividades do dia. A rotina diária é o desenvolvimento prático do planejamento. É também a sequência de diferentes atividades que acontecem no dia-a-dia da creche e é esta sequência que vai possibilitar que a criança se oriente na relação tempo-espaço e se desenvolva. Uma rotina adequada é um instrumento construtivo para a criança, pois permite que ela estruture sua independência e autonomia, além de estimular a sua socialização. (GONÇALVES, s/d, p.01)

A rotina deve ser organizada de forma que prioriza aos cuidados pessoais e a aprendizagem, cabe aos professores e colaboradores fazer uma organização de projetos e atividades com o objetivo de dedicar o total tempo a crianças. Algumas características devem ser destacadas ao pensar em rotina, considerando como algo repetitivo, tempo perdido, a sequência de atividades e da organização diária.

Porém, na educação infantil, as atividades rotineiras são enfatizadas, como o horário de higienização, horário de entrada e saída, horário de descanso, almoço, lanches, brincadeiras, atividades livres ou acompanhadas, entre outras atividades da vida cotidiana.

Cuidar e educação são dois elementos que se complementam e não devem se sobrepor a outro. É difícil definir essas palavras individualmente, porque essas duas palavras fazem parte da educação infantil. Para a criança pequena, o vínculo com o educador, colabora com o seu processo de formação. Assim, podemos citar o RCNEI (1998), sobre tal questão;

Entre o bebê e as pessoas que cuidam, interagem e brincam com ele se estabelece uma forte relação afetiva (a qual envolve sentimentos complexos e contraditórios como amor, carinho, encantamento, frustação, raiva, culpa, etc.). Essas não apenas cuidam da criança, mas também medeiam seus contatos com o mundo. É nessas interações, em que ela é significada/interpretada como menino/menina, como chorão ou tranquilo, como inteligente ou não, que se constroem suas características [...] (RCNEI, 1998, v.2, p.17).

Ao cuidar e educar a criança fará com que ela tenha uma postura autônoma, a capacidade de desenvolver hábitos e realizar certos comportamentos, sozinhas. O professor precisa ser um profissional que considere essas dimensões, bem como os dois eixos que devem ser vistos como centrais na Educação Infantil: o cuidar e o educar. Neste sentido, destacamos a importância do papel do profissional da Educação Infantil:

O profissional da Educação Infantil deverá ter um preparo especial, porque para a infância se exige o melhor do que dispomos [...] Deverá ter um domínio dos conhecimentos científicos básicos, tanto quanto conhecimentos necessários para o trabalho com a criança pequena (conhecimentos de saúde, higiene, psicologia, antropologia, história, linguagem, brinquedo e das múltiplas formas de expressão humana, de desenvolvimento físico e das questões de atendimento em situações especiais). Precisa ainda ter sob controle seu próprio desenvolvimento, bem como estar em constante processo de construção de seus próprios conhecimentos (REDIN, 1998, p. 51).

As sugestões educacionais são planejadas e organizadas por educadores a fim de proporcionar aos alunos autoconhecimento, compreensão com outras pessoas e experiência com outras pessoas em vários campos e no mundo. O professor é um profissional, está engajado na diversidade, responsável pelo desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, levando em consideração as múltiplas capacidades dos alunos De acordo com Tardif

a formação do professor é entendida: Como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. (Tardif, 2002, p.177)

A forma de mediação do professor desempenha um papel decisivo para garantir que as crianças brinquem de verdade na escola, interagindo com os colegas, imaginem, criam regras, usar um ambiente que estimula a imaginação, oportunidade de as crianças usar brinquedos diferentes de maneiras diferentes. Para Freire (1999, p. 78), “as pessoas que trabalham diretamente com as crianças precisam estar continuamente se formando, para exercer sua função da melhor maneira possível, de forma a favorecer o desenvolvimento infantil e viver como criança”.

O aprendizado do jogo vem do experimento proporcionado pela atividade. Os métodos de mediação que os professores podem usar no ambiente da primeira infância, são aquele em que as crianças reconhecem o valor dos objetos, do ambiente, de sua ajuda e da orientação e principalmente de sua organização para garantir a qualidade da brincadeira dos alunos.

A mediação do professor não é no sentido de forçar ou impor uma atividade, mas sim de mostrar, incentivar e motivar as crianças. Não é pela necessidade da livre-escolha nas brincadeiras que as crianças não podem realizar jogos para atividades sugeridas pela professora. A mediação do professor é dar à criança uma chance de participar das atividades direcionadas, mas também permitir que as crianças criem, incorporem e expresse-se de diferentes maneiras sem se preocupar, assim como recomenda Faria (2002).

Na educação infantil a aprendizagem e o desenvolvimento se efetivam quando a professora planeja algo pensado no sujeito, desempenhando ações pedagógicas. O desenvolvimento é um processo dialético, complexo, resultante da atividade do sujeito, caracterizado pela constituição dos processos psicológicos superiores, que são transformados para qualificar, sendo assim os processos psicológicos superiores, busca promover o desenvolvimento cultural e o pensamento.

Na educação infantil, as crianças tem como auxilio, os adultos e as demais crianças que contribuem no seu processo, sendo ampliada e enriquecida no seu cotidiano, conhecendo a si mesmo, o outro e o mundo em que vivem, o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança se constitui a partir de tudo aquilo que e vivenciado, dentro do contexto sócio histórico cultural, o sujeito apropria de conhecimento através do encontro com outras crianças, dando abertura para aceitar as diversas diferenças entre eles.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi, neste estudo, desenvolver o tema de forma que os resultados obtidos possam contribuir para o estudo da Pedagogia de uma forma geral, e para o meu desempenho profissional de forma particular no trabalho com a educação infantil.

Diante de tantos avanços sobre a “evolução” do conceito de infância visto neste trabalho podemos perceber que o conceito de infância passa por três momentos históricos que por sua vez, subsidiaram a ação educacional até os 7 anos com alternâncias entre as concepções de cuidar e educar. O primeiro estágio histórico situa-se entre a Idade Média e o limiar da Idade Moderna. Nesta fase, ser criança significava um preparo para a fase adulta. No entanto, o avanço nas conquistas legais no que refere a ampliação do direito das crianças no acesso, permanência e qualidade nas instituições educacionais embora seja definidor para a melhoria da qualidade da Educação Infantil.

Assim o conceito infância diz respeito ao indivíduo e a infância, revela o tempo em que ele está inserido. A infância é um tempo social da vida em seus diversos contextos sociais e históricos. É uma construção social que se dá num tempo da vida marcado por singularidade e universalidades.

Sendo a educação infantil uma etapa inicial da educação básica e o estado é obrigado a permitir que todas as crianças de 0 a 5 anos entrem na creche e pré-escola. Explicamos como a educação infantil aparece nas propostas curriculares na década de 90; O processo de formulação da BNCC, investigando quais são os sentidos atribuídos aos profissionais da educação.

O ato de brincar se destaca com fundamental importância no processo de aprendizagem da criança enquanto ser humano, pois não se trata só de um momento de diversão, mas ao mesmo tempo, acontece a formação da assimilação de conhecimento da criança, que será levada para sua vida futura.

Aprendi muito com esta pesquisa. Mas principalmente aprendi que é necessário continuar lendo e estudando sobre tema tão vasto. Durante as minhas leituras, por exemplo, ficou claro a importância de se compreender as políticas públicas na área da educação e, de modo particular, na educação infantil. São elas que orientam e normatizam o trabalho das escolas, dos professores e das comunidades educativas de um modo geral. Por isso o pedagogo não pode fechar os olhos para a política. Aliás, como dizia o saudoso Paulo Freire “toda educação é uma educação política”. Por outro lado, também percebi que o próprio conceito de infância não nasceu por acaso, isto é, a preocupação com as particularidades que distinguem as crianças entre si em diferentes fases e, ao mesmo tempo, as diferenças com os adultos foram resultados de um longo processo de evolução histórica. Com certeza o que aprendi aqui vai alavancar minha formação continuada na direção do mestrado e doutorado.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases nacional. -5. Ed.- Brasília:Câmara dos deputados, coordenação Edições e Câmara, 2010

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Senado Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo.SP: Cortez, 2002.

MORENO. G. L. **Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.**In:PASCHOL, J. D. (Org.) Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina,2000.

GONÇALVES, R.**A rotina na educação infantil**. Disponível em:<http://monografias.brasilescola.com/pedagogia/a-rotina-na-educacao infantil.htm>.Acesso em: 04/11/2020

REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca! 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998a.v. 1.

FREIRE, Adriani. Formação de educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, Sonia (Org.). Infância e Educação Infantil. Campinas, SP: Papirus, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a**

**educação infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

AQUINO.L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM, E. D.: STEYER, V. E. A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. ulbra,2001.

MEC. **Base nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base. Acesso em: 20/11/2020

FARIA, A. L. G. de. **Educação pré-escolar e cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

Vygotsky, L. (1998). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes

Kishimoto, T. M. (2002). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petropolis, RJ :Vozes, 2002